

# Gabriela Gândara Terenas

## **Relatos de Guerra: textos literários ou testemunhos históricos?**

Este estudo pretende discutir até que ponto os relatos de guerra, escritos por militares britânicos que participaram nos acontecimentos narrados, podem ser considerados simultaneamente literatura de viagens e testemunhos relevantes para a reconstituição de uma determinada época histórica, a da Guerra Peninsular.

Em consequência de uma investigação mais profunda, levada a cabo há já alguns anos, debruçámo-nos sobre um vasto conjunto de relatos, escritos por militares britânicos que estiveram em Portugal por ocasião das Invasões Francesas, mais precisamente entre 1808 e 1812, participando nos combates e prestando serviço a favor do Governo e das tropas portuguesas.

Trata-se, na sua maioria, de relatos pessoais das campanhas do exército britânico em Portugal, em que os autores – militares de carreira, médicos, padres e outros homens integrados no exército – pretendem apenas relatar os acontecimentos bélicos que presenciaram ou em que tomaram parte e, simultaneamente, descrever aspectos do país que visitaram e que mais os impressionaram.

Apresentados sob a forma de diários de campanha, cartas, memórias e narrativas de carácter autobiográfico, estes textos revelam, desde logo, na escolha da forma<sup>1</sup> em que são apresentados, a influência da estética literária então em voga. Trata-se, efectivamente, de textos marcados por um tempo datável e identificável, no qual se emancipam formas narrativas que põem em evidência relatos pessoais que, saindo do anonimato através da publicação, espelham vivências, sentimentos, comparações culturais, só possíveis no momento específico filosófico-cultural a que, em sentido lato, damos o nome de Romantismo.

Através da análise destes textos, constatámos que existe uma certa ‘impureza’ de estruturas internas subjacentes à apresentação impressa resultantes da contaminação e adaptação de padrões básicos do século XIX: o romance, a autobiografia, a biografia, entidades que recebem ainda elementos de outros registos, como os relatórios oficiais das campanhas militares, os dados factuais sobre os intervenientes na guerra, a historiografia dos diversos regimentos, a correspondência íntima dos militares em campanha e registos que nos fazem

hoje recordar as viagens ‘pedagógicas’ que nos séculos XVII e XVIII constituíram o *Grand Tour*. Esta contaminação de estruturas e a pluralidade do estatuto dos autores/narradores proporciona o aparecimento de um leque variadíssimo de pontos de vista sobre a mesma realidade: a Guerra Peninsular. A alternância do ponto de vista não deriva apenas da estrutura interna do texto que a veicula, ou do estatuto profissional subjacente à narração, mas deriva igualmente de factores muito diversos como a educação, o tempo de permanência, a data da publicação, a acuidade da observação, a pertinência das comparações ou até o objectivo da própria estada. Este último aspecto é também em si mesmo multifacetado: da análise que fizemos podemos dizer que o objectivo da estada — a guerra — é muitas vezes o motivo da escrita, outras vezes o pretexto e muitas vezes o pré-texto. Este pré-texto, ou seja, as notas tiradas sobre a realidade portuguesa, funciona como intra-história, mas uma intra-história captada através da impressão e da associação de sensações.

Assim, textos como *diaries* ou *letters* resultam, na realidade, do crivo do olhar individual, da impressão de um dia ou de um momento particular, de um determinado humor ou da disponibilidade física e sentimental, factores que explicam a heterogeneidade dos registos no que diz respeito à sequência dos dias ou à profundidade com que os factos são relatados. As *memoirs*, *recollections*, *remiscences* e *narratives*, apresentadas como obras referenciais baseadas muitas vezes não só em experiências de viagem pessoais, mas também em data que lhes completa e avaliza a informação exposta, são formas que evidenciam uma escolha das impressões mais marcantes e dos fragmentos que sobrevivem ao tempo e aos meandros da memória.

A supremacia do Eu – categoria filosófica que é agora a base do conhecimento e da aproximação ao real – impõe o primado da aventura pessoal, da recordação do que foi intensamente vivido, da exaltação do sentimento da nacionalidade num espaço estrangeiro.

O espírito do tempo – um tempo de procura de emoções, sentimentos absolutos e vivências extraordinárias - é exactamente a procura do encontro com o Outro: a outra cultura, o outro país, outros lugares e outros costumes. Estas formas são todas elas, precisamente, o relato desse encontro, pulverizando definições antigas – a epístola, a crónica, o ensaio, o registo do *novelist*, a notícia do palco de guerra –, mas passíveis de um denominador comum, o relato de viagem.

A denominação “literatura de viagens” tem-se revelado polémica e amplamente discutida<sup>2</sup>, pois são várias as opiniões dos críticos, não só acerca do seu significado como também, e conseqüentemente, quanto ao tipo de obras que abrange. De um modo geral podemos dizer que existem duas posições face à classificação de “literatura de viagens”: a dos críticos que consideram poder aplicar-se este conceito a qualquer texto baseado numa

viagem e a dos que, embora incluindo esta marca paradigmática, crivam as diferentes obras que cabem nesta óptica abrangente através da presença ou ausência de literariedade e, consequentemente, da pertença ou não ao campo literário enquanto tal. Deste modo, os textos encontram uma partição muito definida em obras literárias e não literárias, de acordo com valores que variam de autor para autor<sup>3</sup>.

Se é certo que a guerra, por si só, não tem como objectivo primário o viajar, não é menos verdade que a mesma pode eventualmente proporcioná-lo, como foi, certamente, o caso das campanhas do exército britânico na Península durante as invasões napoleónicas. Assim, uma vez chegados a Portugal os autores viam-se envolvidos numa deslocação dentro do nosso país que lhes era imposta pelas circunstâncias da própria guerra.

As longas e frequentes marchas, bem como as perseguições do inimigo forçavam os militares britânicos a viajar por Portugal; os aboletamentos em casas particulares obrigavam-nos a conviver de muito perto com a população portuguesa, de diferentes camadas sociais, permitindo-lhes contactar e conhecer uma realidade estrangeira.

Assim, de um modo intencional ou não os autores vão tecendo sempre as suas opiniões acerca da realidade circundante elaborando um texto que reflecte sempre esse encontro do Eu com o Outro e que é, afinal, a base da literatura de viagens. Aliás, para vários dos autores em estudo a guerra constitui apenas um meio de fugir de um quotidiano monótono ou adverso, em busca de aventuras e do conhecimento de uma realidade estrangeira. De facto, muitos dos autores viam na vida militar uma hipotética possibilidade de conhecer outros lugares e outras gentes. O alistamento numa unidade militar prestes a partir em serviço para a Península poderia ser um estratagema que forneceria, com grande possibilidade, a hipótese de uma viagem ao estrangeiro. A guerra era, assim, para muitos o único passaporte possível para experimentar os prazeres de viajar e de contactar com pessoas de hábitos diferentes daqueles que conheciam, tal como John Patterson confessava:

“**Travelling in campaign** not only brings one acquainted with strange bedfellows, but it is the finest thing I know of for curing airs and graces; while at the same time, it is a useful mode of acquiring that experience necessary for **those who have no other passport than their sword.**”<sup>4</sup>

Deste modo, em muitos casos, a guerra funciona mais como pretexto da viagem do que como motivo da mesma, ou seja, para muitos dos autores dos textos em estudo o verdadeiro motivo da viagem empreendida a Portugal é o desejo de conhecer o Outro, e a guerra é apenas um meio — um pretexto — para a realização desse desejo. Neste âmbito surgem-nos também textos onde, ao desejo de encontro com o Outro se alia a vontade prévia de recolher dados para a posterior publicação de um relato de viagens. Na verdade, muitas vezes, e dada a

popularidade que este tipo de relatos tinha atingido na Grã-Bretanha, os autores, ao partirem para a guerra, vinham já com a ideia pré-determinada de reunir materiais para mais tarde, de regresso ao país natal, publicarem os seus textos. Neste caso davam, efectivamente, mais ênfase à narrativa da viagem em Portugal, ou seja, ao relato do que tinham visto — em termos de paisagem física e humana, arte e monumentos ou locais de interesse turístico — independentemente da guerra. Alguns fazem-nos até esquecer que aqueles apontamentos de viagem foram tirados durante um conflito bélico, pois apenas de passagem a ele se referem! A guerra é, assim, o pano de fundo, o contexto onde se dá o encontro do Eu com o Outro<sup>5</sup>.

Os inícios do século XIX assistiam, na realidade, a uma enorme aceitação por parte do público de todo o tipo de narrativas de viagem, ao mesmo tempo que valorizavam uma sensibilidade literária que desse especial realce ao culto do Eu, ao relato de experiências, vivências e aventuras pessoais contadas de forma muitas vezes subjectiva e intimista, revelando, deste modo, a transição que, por esta altura, se verificou entre o tradicional gosto neo-clássico e a nova estética romântica. É precisamente essa nova sensibilidade que transparece nas narrativas estudadas, nomeadamente, através do gosto pela paisagem sublime e pitoresca, pela vida rude e simples, em contacto com a Natureza e ainda pelas tradições culturais portuguesas, quer vivenciais, quer religiosas.

Devemos sublinhar que, em muitos textos, a sensação de encantamento dos autores perante um espaço diferente é-nos transmitida através de uma linguagem em que encontramos várias marcas de literariedade, bem como uma notória ambição estilística. Estes vectores são mais claramente visíveis em textos de memórias e, sobretudo, nas narrativas de carácter autobiográfico, obras de um modo geral mais ambiciosas em termos de estilo, de discurso e de preocupação estética. Dado que não se tratava de impressões de momento, imediatamente passadas para o papel — como no caso dos diários de campanha ou das cartas autênticas, dirigidas a familiares ou amigos — estas obras incluíam, frequentemente, episódios romanescos e de aventuras, permitindo-nos aproximar algumas destas narrativas do romance.

*Seven years' campaigning in the Peninsula*, de Richard Henegan<sup>6</sup>, é um exemplo paradigmático. Relegando para segundo plano os acontecimentos da guerra propriamente dita, Henegan faz do seu relato um conjunto de histórias romanescas — de aventuras, de amores proibidos, encontros e desencontros, crimes, paixões, vinganças, suicídios, tragédias familiares — que têm apenas a particularidade de se desenrolarem em Portugal durante as Invasões Francesas e de terem sido presenciadas pelo autor. Com todos os condimentos de um romance ao gosto da época, esta obra só não chega a ser considerada verdadeiramente Literatura pelo facto de o aspecto ficcional representar apenas um mero artifício textual para

seduzir e cativar o leitor, sem nunca chegar a constituir-se como objectivo final da obra, como é o caso da vocação estética da Literatura.

Também *Adventures with the Connaught Rangers*, de William Grattan<sup>7</sup>, se aproxima, por vezes do romance, e isto devido não só aos assuntos tratados, mas também à utilização de diálogos — travados, por exemplo, entre oficiais — cuja reconstrução não pode ser fiel, como é óbvio, sendo forçosamente fruto da imaginação e sobretudo de uma reafabulação das experiências vividas.

Por outro lado, e simultaneamente, a informação que estes textos contêm acerca de episódios da Guerra Peninsular torna-os testemunhos preciosos para o estudo deste período da história de Portugal e da Grã-Bretanha. De facto, a Guerra Peninsular foi uma guerra gloriosa para a Grã-Bretanha, pois poucos períodos da história de qualquer país terão produzido uma tão grande e tão rápida mudança na sua importância em termos militares como produziu na Grã-Bretanha o período que se desenrolou entre o início da revolução espanhola, em 1808, e o Tratado de Paris, em 1814. Esta é, aliás, outra das principais razões que explicam a existência de várias centenas de relatos de militares combatentes na guerra da Península. As gloriosas campanhas de Wellington tornaram os oficiais britânicos orgulhosos de si próprios e conhecidos em todo o mundo, circunstância que contribuiu também para que os militares desejassem passar para o papel o relato das suas experiências. Tratando-se de construções narrativas que pretendem reconstituir um passado que efectivamente existiu, estes relatos constituem, portanto, matéria altamente valiosa, não só do ponto de vista histórico-cronológico e militar, mas também do ponto de vista do olhar individual, real mas subjectivo, daqueles que fariam dessa matéria vivida a razão da publicação destas obras.

De facto, os textos em apreço transmitem-nos uma determinada visão da guerra, coadjuvada por um maior ou menor grau de precisão, dependendo, claro está, da oportunidade e da circunstância da sua publicação. Vivência individual ou colectiva, mas tendo como traço de união a visão pessoal, sempre fruto de uma experiência realmente sentida, estes textos têm, inequivocamente, grande valor testemunhal. Tal conjunto de testemunhos oculares, nalguns casos, ou de testemunhos vivenciais, noutras, constitui as histórias a que muitos teóricos dão hoje a reabilitação de documentos de época, com os quais se constrói a História<sup>8</sup>. Aliás, nalguns casos, os historiadores e especialistas britânicos deste período, como Charles Oman<sup>9</sup>, socorreram-se de parcelas do *corpus* em análise para a elaboração dos seus trabalhos de pendor histórico-militar. Outros historiadores, como por exemplo Jorge Borges de Macedo, consideram que os relatos destes militares constituem “o primeiro campo histórico verdadeiramente significativo e original da historiografia britânica sobre Portugal”<sup>10</sup>.

Na verdade, neles encontramos o relato de episódios como o desembarque do corpo expedicionário britânico em Lavos; as batalhas da Roliça e do Vimeiro; os termos da chamada Convenção de Sintra e as polémicas de carácter político e militar que levantou; a reorganização do exército português sob o comando de Beresford; a tática da “terra queimada” e a construção das Linhas de Torres; o saque e a pilhagem desenfreada praticada tanto por franceses como por britânicos; a guerra de usura e ainda a retirada do exército de Massena, sem dúvida o episódio mais violento de todos os que se desenrolaram em território português durante a Guerra Peninsular.

Realçamos, no entanto, o facto de os textos em observação extravasarem os dados factuais, alcançando porventura um estatuto mais completo, no sentido em que nos oferecem, para além dos dados enciclopédicos, os sentimentos individuais dos militares, as suas emoções, os juízos sobre determinada campanha em que participaram, o elogio dos chefes e o modo como todos lutaram, o julgamento dos combates que presenciaram ou ainda a opinião acerca de um determinado acontecimento político que viveram.

Paralelamente, os textos reúnem elementos que nos fazem entender a percepção, por parte dos britânicos, do nosso sentimento de gratidão (ou ingratidão) pela ajuda contra os invasores, a par da constatação dos graves problemas trazidos pela guerra: a completa destruição da estrutura económica de base — a rural — a ruína das instituições dependentes da Monarquia e da Igreja, a confusão e quebra de valores seminais como a noção de pátria, de honra, da morte na luta e de uma existência patrimonial única e jamais objecto de resgate ou recompensa. A percepção alarga-se através de episódios que nos relatam o pânico, a fome, a fuga, a morte — o terrível espectáculo da guerra.

Os textos possibilitam-nos ainda equacionar atitudes e sentimentos aparentemente contraditórios, fruto das relações específicas que se estabelecem em tempo de luta: entre os homens, entre os homens e o meio, entre os homens e o tempo. Aventura, desafio, heroísmo, orgulho rácico, sentimento de superioridade surgem-nos a par da morte, das privações e da destruição.

Estas narrativas constituem, portanto, um caso particular no âmbito das complexas relações entre Literatura e História. Literatura de viagens e, simultaneamente, contributos valiosos para a reconstituição de uma época histórica, os textos analisados revelam-se, assim, como um caso paradigmático de intersecção da História e da Literatura, surgindo como um território indefinido, sob o ponto de vista de uma distinção teórica e tipológica.

Não se trata de romances históricos, não são, inequivocamente, obras literárias — embora se enquadrem, nem sempre de forma pacífica, no subgénero denominado literatura de viagens —, nem são documentos oficiais do período da guerra, mas tocam tangencialmente estes

universos, revelando-se como valiosos testemunhos oculares de um momento particular da História de Portugal. O seu contributo torna-se, assim, da maior relevância para o historiador que se debruce sobre este período, utilizando os textos como vestígios parciais, a partir dos quais poderá reconstituir uma totalidade. Os mesmos relatos desempenharão igualmente um papel fulcral no mister do romancista que pretenda captar o espírito da época, reefabulando o que poderia ter acontecido.

## Notas

1 Entendemos ‘forma’ enquanto categoria de elaboração de discurso, defendida, praticada e considerada como corrente no princípio do século XIX. Neste sentido, ‘forma’ aproxima-se da denominação de subgénero do discurso narrativo – subgénero aqui entendido como estrutura marcada por elementos visíveis da sua especificidade – e engloba entidades como diários, cartas, memórias e narrativas de carácter autobiográfico.

2 Veja-se, a este propósito, os vários trabalhos elaborados pelo núcleo de Estudos Anglo-Portugueses da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

3 Veja-se, por exemplo, Percy Adams, *Travel literature and the evolution of the novel*. Lexington, The University Press of the Kentucky, 1993 e, do mesmo autor, *Travellers and travel liars*. New York, Dover Publications, 1980.

4 John Patterson, *Camp and quarters. Scenes and impressions of military life. Interspersed with anecdotes of various well-known characters who flourished in the war*. In two volumes. London, Sanders and Otley, 1840, p. 242.

5 Neste âmbito merecem especial destaque dois tipos de autores e de obras que, curiosamente, são por vezes coincidentes. Trata-se, por um lado, e em primeiro lugar, de autores que não sendo militares de carreira acompanham, por razões diversas, o exército britânico em campanha na Guerra Peninsular. São os casos de médicos e capelães militares, que, embora com funções diferentes no exército britânico, têm algo em comum: uma certa despreocupação em relação à guerra propriamente dita. Por outro lado, trata-se de autores que passam a maior parte do tempo em Portugal durante os interregnos, ou seja, em períodos de tempo que medeiam entre duas campanhas. Despreocupados em relação a pormenores de estratégia militar, a descrições de batalhas, a movimentos do exército ou a outros aspectos do foro estritamente bélico, estes homens têm uma disponibilidade de espírito e de tempo para dedicarem a sua atenção à paisagem, aos monumentos e aos costumes do povo português, visitando, de facto, o país estrangeiro onde se encontram.

6 V. Richard D. Henegan, *Seven years' campaigning in the Peninsula and the Netherlands from 1808 to 1815*. In two volumes. London, Henry Colburn, 1846.

7 V. William Grattan, *Adventures with the Connaught Rangers 1809-1814*. New edition illustrated with a preface, notes and maps. London, Edward Arnold, 1902.

8 Sobre este aspecto veja-se, por exemplo, José Mattoso, “A escrita da história”, in *A Escrita da História. Teoria e métodos*. Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 21.

9 V. Charles W. C. Oman, *Wellington's Army 1809-1814*. London, Edward Arnold, 1912; e também, do mesmo autor, *A History of the Peninsular War*. Oxford, Clarendon Press, 1902-1930.

10 Jorge Borges de Macedo, *A Propósito do Centenário da Aliança Luso-Britânica. A historiografia britânica sobre Portugal*. Separata de Palestra, n.º 42. Lisboa, 1973, pp. 20-21.

## Referências Bibliográficas

- BAINBRIDGE, Simon (1995), *Napoleon and English Romanticism*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BEBIANO, Rui (2000), “Sobre a história como poética”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 21, Coimbra, Instituto de História das Ideias/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 59-86.
- BRANDER, Michael (ed.) (1989), *The Sword and Pen*, London, Leo Cooper.
- BYATT, A. S. (2001), *On Histories and stories. Selected Essays*, London, Vintage.
- CHARIER, Roger (2002), “O Passado composto. Relações entre filosofia e história. Da narrativa ou as armadilhas do relato. ‘History versus Story’ ou as regras do relato escrito”, in *A História cultural. Entre práticas e representações*, Lisboa, Difel.
- HARVEY, A. D. (1988), *Literature into History*, New York, St. Martin's Press.
- MATTOSO, José (1997), *A Escrita da História. Teoria e métodos*, Lisboa, Editorial Estampa.
- PESAVENTO, Sandra Jatchy (2000), “Fronteiras da ficção. Diálogos da história com a literatura”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 21, Coimbra, Instituto de História das Ideias/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 33-57.
- SHAW, Harry E. (1985), “An approach to the historical novel” & “History as subject”, in *The Forms of Historical Fiction*, Ithaca/London, Cornell University Press.
- TERENAS, Gabriela Gândara (2000), *O Portugal da Guerra Peninsular. A visão dos militares britânicos (1808-1812)*, Lisboa, Edições Colibri.
- WHITE, Hayden (1987), *The Content of the Form. Narrative discourse and historical representation*, Baltimore/London, The John Hopkins University Press.